



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001 / 2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001 / 2026.

**PREGÃO
ELETRÔNICO
001 / 2026.**

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA/MS.

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A **CONFECCÃO DE UNIFORMES COMPLETOS, SOB MEDIDA, E O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E ACESSÓRIOS DESTINADOS À BANDA MARCIAL DO MUNICÍPIO DE ÁGUA CLARA**, GARANTINDO PADRONIZAÇÃO VISUAL, ADEQUADA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA E SUPORTE ÀS ATIVIDADES EM EVENTOS OFICIAIS, DESFILES CÍVICOS E AÇÕES CULTURAIS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 108.654,78 (cento e oito mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais, setenta e oito centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 27 / 01 / 2026 às 08h (horário local) - 09h (horário de Brasília/DF).

LOCAL/AMBIENTE DE REALIZAÇÃO:

Sessão pública virtual a ser realizada de forma “on-line”, no Portal de Licitações Compras BR, no sítio eletrônico www.comprasbr.com.br.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço Por lote

MODO DE DISPUTA:

Modo aberto.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

EDITAL Nº 001 / 2026

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001 / 2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001 / 2026.**

Torna-se público que (a) Prefeitura Municipal de Água Clara/MS, por meio do (a) Departamento de Licitações e Contratos, sediado na Rodovia BR 262, Km 135, s/nº, centro, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. OBJETO DA LICITAÇÃO:

1.1. O objeto da presente licitação é “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONFEÇÃO DE UNIFORMES COMPLETOS, SOB MEDIDA, E O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E ACESSÓRIOS DESTINADOS À BANDA MARCIAL DO MUNICÍPIO DE ÁGUA CLARA**, GARANTINDO PADRONIZAÇÃO VISUAL, ADEQUADA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA E SUPORTE ÀS ATIVIDADES EM EVENTOS OFICIAIS, DESFILES CÍVICOS E AÇÕES CULTURAIS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, EDITAL E SEUS ANEXOS.”.

1.2. A licitação será dividida em Itens, conforme tabela do Termo de Referência.

1.3. As especificações detalhadas do objeto deste Edital constam no **Anexo I – Termo de Referência**, o qual fazem parte integrante deste Edital, constando orientações e dados objetivos para as licitantes elaborarem suas propostas.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento constantes deste edital e **que estejam com Credenciamento no sistema Compras BR - <https://comprasbr.com.br/> - “Acesso Identificado”.**

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto nos itens anteriores poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. As licitantes, após a publicação oficial deste Edital, ficarão responsáveis pelo acompanhamento, mediante o acesso ao Portal Compras BR no endereço eletrônico:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

<https://comprasbr.com.br/> - “Acesso Identificado”, sítio Portal de Transparência desta Prefeitura Municipal no endereço eletrônico: <http://189.86.4.18:8079/transparencia/>, Portal de Compras no endereço eletrônico: <http://189.86.4.18:8079/comprasedital/>, e/ou no Diário Oficial do Município de Água Clara/MS no endereço eletrônico: <http://www.pmaquaclara.ms.gov.br/publicacoes/diarios-oficiais-do-municipio/>, <http://www.pmaquaclara.ms.gov.br/publicacoes/aviso-de-licitacao/> das eventuais republicações e/ou retificações de edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);
- b) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- c) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- e) Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- f) Agente público do órgão ou entidade licitante;
- g) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- h) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata a alínea “b” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A vedação de que trata a alínea “f” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

3.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, conforme **Anexo IV**, que:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- e) não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) que cumpre com o disposto na Lei nº. 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados e na Lei nº. 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, disseminando a conduta delineada neste Código a todos os funcionários, parceiros e prestadores de serviços;
- g) que os empregados desta empresa não possuem ou terão vínculo empregatício com a Administração Pública Municipal, não havendo, portanto, qualquer solidariedade quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias, devidas aos empregados da Contratada, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa as despesas com remuneração e quaisquer outras de natureza trabalhista, devidas aos seus empregados; e
- h) O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3. Fica facultada a inserção antecipada dos documentos relativos à habilitação na fase de cadastro da proposta de preços.

3.4.1. Caso o licitante não insira antecipadamente, os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do (a) pregoeiro (a).

3.4.2. **Por medida de organização, as licitantes deverão encaminhar todas as documentações relacionadas a Habilitação de que trata esse Edital, em um único arquivo e devidamente nomeado de acordo com o arquivo (HABILITAÇÃO).**

3.4.3. **As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e o Microempresário Individual deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.**

3.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

3.6. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate – Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

3.7. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

3.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

3.10. As informações e/ou dúvidas de como incluir propostas e participar do procedimento licitatório podem ser sanadas com a Equipe de Suporte do Sistema COMPRAS BR através dos telefones (67) 3303-2728 / (67) 3303-2730 / (67) 3303-2702.

3.11. **A inversão/falta ou erro de documentos anexados ao sistema implica em desclassificação/inabilitação da licitante.**

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

4.1. Os preços e os produtos propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.2. Ao apresentar sua proposta no sistema eletrônico (Compras BR), o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, observando ainda a forma e os requisitos indicados nos subitens a seguir, no qual deverá conter:

- a) **Valor unitário e valor total do item;**
- b) **Marca;**
- c) **Fabricante;**
- d) **Descrição detalhada do objeto ofertado e eventual especificação complementar do objeto cotado (quando aplicável).**

4.3. Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

4.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada

4.5. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Água Clara/MS.

4.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.7. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9.2. Caso haja omissão, na proposta, dos prazos de sua validade e/ou de garantia, aplicar-se-ão os prazos estipulados neste Edital.

4.10. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

4.11. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

4.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre-preço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

5.1. A partir da data, horário e local previstos no Edital, a sessão pública na internet será aberta pelo Pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

5.2. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha;

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes, devendo os mesmos usar deste instrumento para o diálogo durante a sessão pública;

5.4. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital;

5.5. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes;

5.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro;

5.7. Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances;

5.8. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico;

5.9. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro;

5.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital;

5.11. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

5.11.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de, no mínimo, R\$ 1,00.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro;

5.13. O modo de disputa adotado para o envio de lances no pregão eletrônico será o modo “aberto”, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos com prorrogações.

5.13.1 A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

5.13.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

5.13.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

5.16. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Uma vez encerrada a etapa de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (quando aplicável).

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. Empresas brasileiras;

5.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de inabilitação**.



5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.24. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

5.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO:

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.8. do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 6.4.1 deste edital.

6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.5.1. Contiver vícios insanáveis;

6.5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.5.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.6.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.6.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

6.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.12. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.14. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA HABILITAÇÃO.

7.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de HABILITAÇÃO, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021:

7.2. Os documentos relativos à fase de habilitação dos Licitantes deverão ser enviados, exclusivamente, via portal do Sistema de Compras utilizado pela municipalidade, através do sítio eletrônico www.comprasbr.com.br.

7.3. As licitantes deverão encaminhar todas as documentações relacionadas a Habilitação de que trata esse Edital, em um único arquivo e devidamente nomeado de acordo com o arquivo (HABILITAÇÃO).

7.4. Serão exigidos para fins de habilitação jurídica; fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira os seguintes documentos:

7.1.1 Habilitação Jurídica:

a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

f) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.1.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.1.2 - Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

a) Apresentar Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/MF**;

b) **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual**, se houver, relativo ao domicílio ou sede, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

d) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais)**, emitido pelo órgão competente, da localidade de domicílio ou sede da empresa do proponente ou apresentação da Certidão de não contribuinte, que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

e) Apresentar **Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, emitida, se a Proponente assim o preferir, através de sistema eletrônico junto à Caixa Econômica Federal, ficando nesse caso sua aceitação condicionada à verificação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

f) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

7.1.3 - Habilitação Econômico-Financeira:

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

7.1.3.1 Caso na certidão conste qualquer ação judicial distribuída, deverão ser apresentados os comprovantes de quitação dos débitos ou certidão explicativa que aponte a situação da demanda judicial.

7.1.3.2 A certidão deverá ser do primeiro grau de jurisdição.

7.1.4. Documentação de Qualificação Técnica:

a) **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** - Apresentar no mínimo um atestado de comprovação de aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, com carimbo de identificação do assinante e dados complementares para futuro contato, afirmando e comprovando a licitante já ter fornecido satisfatoriamente itens idênticos ou similares ao objeto deste processo licitatório;

7.1.4.1. Justificativa da Exigência do Atestado de Capacidade Técnica:

7.1.4.1.1. A contratação envolve **confecção sob medida de uniformes completos e fornecimento de materiais e acessórios destinados à Banda Marcial**, com elevado padrão de acabamento, incluindo bordados com linhas metalizadas, aplicação de pedrarias, vidrilhos, rendas, dragonas entreteladas, golas estruturadas, recortes frontais com viés, peças com zíper destacável, componentes decorativos e elementos personalizados com brasão municipal.

7.1.4.1.2. Inclui ainda o fornecimento de **calçados específicos para marcha e coreografia, com solado apropriado, acabamento antibactericida e saltos definidos**, bem como **acessórios estruturados (quepe, arranjos de cabelo, bandeirolas sublimadas, estandartes bordados, jogo de bandeiras oficiais, acessórios de ginástica rítmica e mastros)**.

7.1.4.1.3. Esse conjunto de itens exige **domínio técnico comprovável, experiência com execução padronizada sob medida, precisão de medidas, capacidade de acabamento, resistência dos materiais e padronização cromática**, de modo a garantir apresentação



estética adequada, durabilidade e segurança durante eventos oficiais, desfiles cívicos e coreografias.

7.1.4.1.4. A exigência do atestado visa **mitigar riscos de fornecimento inadequado, baixa qualidade, falta de padronização, incompatibilidade dos materiais, entregas defeituosas e prejuízo à imagem institucional do Município**, constituindo medida **proporcional e necessária**, em conformidade com as recomendações do Tribunal de Contas da União.

7.1.4.2. Definição de Serviços Similares:

7.1.4.2.1. Para atendimento ao disposto no inciso anterior, consideram-se **serviços similares**, para efeito de comprovação técnica, aqueles que envolvam:

- a) Confeção de uniformes ou figurinos sob medida, com modelagem individual e acabamento industrial;
- b) Fardamentos profissionais, escolares, militares, de gala ou artísticos, com padronização visual;
- c) Produção de trajes para bandas marciais, fanfarras, grupos cênicos, dança, ginástica ou apresentações culturais;
- d) Bordados industriais e artesanais aplicados a peças de vestuário;
- e) Uso de tecidos específicos (linho Panamá, veludo, cirrê, suplex, malhas técnicas, poliéster especial), com aplicação de acessórios decorativos e pedrarias;
- f) Fornecimento de calçados técnicos para marcha, desfile ou coreografia;
- g) Fornecimento de acessórios personalizados (quepe, estandarte, arranjos, bandeirolas) com personalização visual.

7.1.4.2.2. A definição de similaridade é ampla e não restritiva, garantindo competitividade, nos termos das boas práticas do TCU e normativos como a [Lei nº 14.133/2021](#), que visam a eficiência, a isonomia e a economicidade nas contratações públicas.

7.1.4.3. Parcelas de Maior Relevância Técnica:

7.1.4.3.1. Nos termos do art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021, são consideradas parcelas de maior relevância técnica deste objeto:

- I. A confecção sob medida de uniformes completos (Corpo Musical, Corpo Coreográfico, Linha de Frente e Baliza), com modelagem individual, corte, costura industrial, acabamento e padronização visual;
- II. A aplicação de bordados industriais e/ou artesanais, utilizando linhas metalizadas, pedrarias, vidrilhos, rendas, viés e ornamentos decorativos;
- III. O fornecimento de vestuário técnico para uso artístico, cívico, coreográfico e cultural, com padrões estéticos definidos e resistência compatível com uso contínuo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

- IV. O fornecimento de calçados específicos para marcha e coreografia, com solados apropriados, antibactericida e saltos definidos;
- V. A produção de acessórios estruturados e personalizados, como quepes, arranjos, estandartes bordados, bandeirolas sublimadas, mastros e itens correlatos.

7.1.4.3.2. Tais componentes constituem o núcleo crítico da execução contratual, concentrando o maior valor agregado e a complexidade técnica, razão pela qual demandam comprovação prévia equivalente.

7.1.5. Das Declarações:

a) Sendo a licitante **Microempresas “ME”** ou **Empresa de Pequeno Porte “EPP”**, deverá apresentar **Declaração de Enquadramento, conforme ANEXO III**, devidamente assinada pelo responsável da empresa e/ou pelo contador responsável com a identificação do Conselho Profissional, acompanhada da referida Certidão Simplificada da Junta Comercial, para que a empresa usufrua dos privilégios da Lei nº 123/06 e posteriores alterações.

b) **Declaração Unificada**, assegurando as condições de habilitação às exigências deste Edital e seus anexos. **(Sugestão de modelo apresentado no ANEXO IV).**

Observação: A pessoa que assinar a referida declaração deverá ter poderes para representar a Licitante, o que necessitará ser comprovado documentalmente na fase de habilitação.

7.1.5.1. As declarações de que trata o item anterior (línea “a” e “b”), deverão estar digitalizadas devidamente assinadas e com o CNPJ da empresa.

7.1.5.2. A falsidade das declarações de que trata o item 6.1.5 sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital e na legislação pertinente.

7.1.5.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.1.5.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.1.5.5. As empresas de pequeno porte e Microempreendedor Individual (MEI), por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

7.1.5.6. Para fins deste edital, entende-se por documentação de regularidade fiscal e trabalhista aqueles inscritos no SUBITEM 7.1.2, que estão em consonância com o Art. 68 da Lei 14.133-2021, respeitando assim o inscrito no Art. 43 da Lei Complementar 123/2006;

7.1.5.7. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período,



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

desde que solicitado pelo licitante e a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação;

7.1.5.8. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo art. 155, da Lei n.º 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.1.5.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.1.5.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.1.5.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.1.5.12. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.1.5.13. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.1.5.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.1.5.15. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.1.5.16. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.1.5.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.1.5.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo de 2 (duas) horas.

7.1.5.19. Não constando nos documentos seu prazo de validade, será aceito documento emitido até **60 (sessenta) dias** imediatamente anteriores à data da sessão, para caráter de veracidade da validação do mesmo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

7.1.5.20. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

8.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

8.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

8.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

8.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

8.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

8.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

8.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

8.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

8.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

8.1.5. Fraudar a licitação

8.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

8.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

8.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

8.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

8.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

8.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

8.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

8.2.1. Advertência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

8.2.2. Multa;

8.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

8.4.1. Para as infrações previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

8.4.2. Para as infrações previstas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 8.1.4, 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7 e 8.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

8.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

8.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9. IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido, até **03 (três)** dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico acesso ao sistema compras BR <https://comprasbr.com.br/> - “**Acesso Identificado**” ou através do endereço eletrônico e-mail: edital@pmaquaclara.ms.gov.br;

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3. Os esclarecimentos e/ou Impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimentos e/ou Impugnações, serão divulgadas pelo sistema Compras BR no endereço <https://comprasbr.com.br/>, Portal de Transparência do Município no endereço: <http://189.86.4.18:8079/transparencia/> e vincularão os participantes e a administração.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

9.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

10. RECURSOS:

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de até 30 (trinta) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema compras BR <https://comprasbr.com.br/> - “Acesso Identificado” ou através do endereço eletrônico edital@pmaguaclara.ms.gov.br.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://comprasbr.com.br/>.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio prestarão, às empresas interessadas, quaisquer esclarecimentos relativos à presente licitação, bem como resposta a impugnação e interposição de recurso, respeitando sempre o **horário de expediente das 7h às 13h**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

(horário local), por meio eletrônico acesso ao sistema compras BR ou através do endereço eletrônico edita1@pmaguaclara.ms.gov.br, e ainda na sala de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Água Clara, situado na Rodovia BR-262, Km 135 – Centro – CEP 79.680.000, fone (067) – 3239-1291.

11.2. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico do Compras BR e Portal de Transparência do Município no endereço: <http://189.86.4.18:8079/transparencia/>.

11.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.7. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidades das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, bem como, pelo custo da preparação e apresentação dos documentos, independentemente do resultado do processo licitatório.

11.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.11. É facultado o (a) Pregoeiro (a) ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento que deveria ser apresentado em sessão pública da licitação.

11.12. Fica eleito o foro da Cidade de Água Clara/MS, renunciando qualquer outro, por mais privilegiado que seja para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimidas administrativamente.

11.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Portal Compras BR no endereço eletrônico: <https://comprasbr.com.br/> - Portal de Transparência do Município no endereço: <http://189.86.4.18:8079/transparencia/>.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

11.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.14.1. ANEXO I – Termos de Referência;

11.14.2. ANEXO II – Modelo de Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de Pequeno porte;

11.14.3. ANEXO III - Declaração Unificada de Habilitação;

11.14.4. ANEXO IV - Minuta do Termo de Contrato;

Água Clara/MS, 12 de Janeiro de 2026.

GEROLINA DA
SILVA
ALVES:5955108912
0

Assinado de forma digital
por GEROLINA DA SILVA
ALVES:59551089120
Dados: 2026.01.12
08:32:09 -04'00'

GEROLINA DA SILVA ALVES
Prefeita Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO.

1.1. Contratação de empresa especializada para a confecção de uniformes completos, sob medida, e o fornecimento de materiais e acessórios destinados à Banda Marcial do Município de Água Clara, garantindo padronização visual, adequada apresentação artística e suporte às atividades em eventos oficiais, desfiles cívicos e ações culturais, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste termo de referência.

(X) Natureza Comum

() Natureza Especial

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN.	QTDE
01	006.008.311	ARRANJO PARA CABELO: COM ESTRUTURA EM NAPA OU TECIDO ENTRETELADO PARA DAR SUSTENTAÇÃO E APLICAÇÃO DE PEDRAS COM BRILHO, NAVETES, CHATONS, NO FORMATO DESEJADO.	UN	15
02	067.010.220	BAMBOLE ARCO PARA GINÁSTICA RÍTMICA COM 88CM DE DIÂMETRO OFICIAL - PESO 300G. ARCO OFICIAL, FABRICADO EM PVC BRANCO FLEXÍVEL	UN	03
03	067.010.214	BANDEIROLA PARA COREOGRAFIA: EM TECIDO BAMBERG 100% POLIÉSTER COM SUBLIMAÇÃO, MEDIAS APROXIMADAS DE 1,10 X 0,90. MASTRO COM PONTEIRA BOLA EM UMA DAS EXTREMIDADES E PÉ DE BORRACHA NA OUTRA EXTREMIDADE	UN	15
04	067.010.218	BASE MODULAR PARA BANDEIRAS: BASE MODULAR CONFECCIONADA EM MOGNO OU MARFIM, COM CAPACIDADE PARA 03 MASTROS.	UN	01
05	067.010.224	BASTÃO MASTRO DE 19MM DE ALUMÍNIO COM PONTEIRAS DE BORRACHA EM AMBAS AS EXTREMIDADES, TIPO COTONETE.	UN	03
06	067.010.219	BOLA DE GINÁSTICA RÍTMICA, PESANDO 300G E COM 16CM DE DIÂMETRO, FABRICADA EM PVC ATÓXICO	UN	03
07	008.006.177	BOTA PARA CORPO MUSICAL: MODELO BOTINHA CANO 3/4 EM COURO SINTÉTICO BRANCO CABEDAL DE LEONI 1.2 FORRAÇÃO INTERNA ANTIBACTERICIDA; SOLADO TR ANTIDERRAPANTE, SALTO 23MM APROPRIADO PARA MARCHA E EVOLUÇÃO	PAR	65
08	008.006.178	BOTA: BOTA EM COURO SINTÉTICO BRANCO, CANO LONGO, ZÍPER NA LATERAL, CABEDAL DE LEONI 1.2 FORRAÇÃO INTERNA ANTIBACTERICIDA SOLADO NEOLAIT SALTO 5.0 APROPRIADO PARA COREOGRAFIA E MARCHA	UN	25
09	008.006.179	BOTILHA: BOTILHA EM COURO ANIMAL, CANO MÉDIO COM CADARÇO FRONTAL, FORRAÇÃO INTERNA ANTIBACTERICIDA SOLADO NEOLAIT SALTO 5.0 APROPRIADO PARA COREOGRAFIA E MARCHA	UN	03
10	067.010.223	CORDA TRANÇADA COM FIOS DE POLIPROPILENO E ENCHIMENTO EM ALGODÃO, COM 10MM DE DIÂMETRO, NOS TAMANHOS DE 2,20M, 3,00M E 3,20M DE COMPRIMENTO.	UN	03
11	067.010.216	ESTANDARTE: PERSONALIZADO CONFECCIONADO COM ESTRUTURA RÍGIDA EM MDF LEVE, REVESTIDO COM VELUDO IMPORTADO AZUL MARINHO. BORDADO OS DIZERES DA CORPORAÇÃO EM MÁQUINA INDUSTRIAL, ASSIM COMO O BRASÃO MUNICIPAL OU LOGO DA CORPORAÇÃO. MEDIDAS APROXIMADAS DE 1,10 X 1,30M.	UN	01
12	067.010.221	FITA COM ESTILETE EM POLIPROPILENO + FITA DE CETIM FIXADA COM GANCHO DISTORCEDOR REFORÇADO, PARA A TROCA DE FITAS E NÃO ENROLAR A MESMA.	UN	03
13	067.010.217	JOGO DE BANDEIRAS COMPOSTO POR BANDEIRA NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, NAS MEDIDAS DE 1,60 X 1,12, (2,5 PANOS), EM TERGAL VERÃO COM ILHOSES NAS LATERAIS. MASTROS OFICIAIS COM PONTEIRA	UN	01
14	067.010.222	MAÇA CONECTÁVEL, PARA GINÁSTICA RÍTMICA PRODUZIDA COM HASTE PLÁSTICA E PONTEIRA EM BORRACHA, GARANTINDO ALTA DURABILIDADE E RESISTÊNCIA A IMPACTOS	UN	03
15	008.006.180	QUEPE: ESTILO MILITAR, MODELO ALEMÃO EM VELUDO OU ESCARPELE AZUL MARINHO, PALA BRANCA, FITA VERMELHA E FRISOS DOURADOS METALIZADOS	UN	75



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

16	008.006.176	UNIFORME PARA BALIZA: VESTIDO CONFECCIONADO EM TECIDO VELUDO OU SUPLEX COM COMPOSIÇÃO DE 96% POLIÉSTER E 4% ELASTANO E SEGUNDA PELE COMPOSTO DE 100% POLIÉSTER, COM ACABAMENTOS COM VIDRILHOS 2X9/0 ESPELHADO E NA PARTE CENTRAL DECOTE COM SEGUNDA PELE PREENCHIDO COM VIDRILHOS E RECORTES CONTORNADOS COM PEDRAS CHATON Nº 8 DE VIDRILHOS ESPELHADOS. MANGAS LONGAS EM VELUDO OU SUPLEX, FECHAMENTO NA PARTE TRASEIRA COM ZÍPER E SAIA TAMBÉM NO MESMO SEGUIMENTO DO CORPO. CONJUNTO ACOMPANHA CAPA DE PROTEÇÃO E CABIDE.	PAR	03
17	008.006.181	UNIFORME PARA CORPO COREOGRÁFICO: CONFECCIONADO SOB MEDIDA E COMPOSTO DE TÚNICA ESTILO CASACO LONGO EM LINHO PANAMÁ VERMELHO DE ÓTIMA QUALIDADE, SAIA DO CASADO GODÊ DUPLA, SENDO A PARTE INTERNA MARINHO E A EXTERNA VERMELHA ADORNADA COM FITA DE LUREX DOURADA METALIZADA; GOLA TIPO SMOKING ENTRETELADA E ABERTURA FRONTAL COM 03 BOTÕES DE LATÃO METALIZADO DOURADO COM SISTEMA DE ABERTURA COM CORDÃO FEITO MANUALMENTE ARTESANAL, RECORTES NA LATERAL FRONTAL E DETALHES COM PEDRARIAS DIVERSAS BORDADAS À MÃO; PUNHOS RETOS COM ACABAMENTOS E RENDAS FRANZIDAS DANDO EFEITO DE BABADO; CAMISETA CONFECCIONADA COM MALHA PV LEVE COM BABADO NA PARTE FRONTAL COM RENDAS; CALÇA LEGGING CONFECCIONADA EM TECIDO CIRRÊ COM LYCRA DE ÓTIMA QUALIDADE, CINTURA ALTA E CÓS LARGO. CONJUNTO ACOMPANHA CAPA DE PROTEÇÃO E CABIDE.	UN	15
18	008.006.174	UNIFORME PARA CORPO MUSICAL: CONFECCIONADO SOB MEDIDA E COMPOSTO DE TÚNICA ESTILO SPENCER E MACACÃO EM TECIDO LINHO PANAMÁ AZUL MARINHO E VERMELHO DE ÓTIMA QUALIDADE, SENDO A TÚNICA AZUL MARINHO, BORDADO O BRASÃO MUNICIPAL EM UMA DAS MANGAS DA TÚNICA, DRAGONAS ENTRETELADAS E BORDADAS COM LINHA METALIZADA DOURADA E FRANJAS METALIZADAS DOURADAS, FIXADAS NOS OMBROS COM COLCHETE DE PRESSÃO, GOLA PADRE VERMELHA ENTRETELADA E ADORNADA COM VIÉS DE LUREX METALIZADO DOURADO E BORDADA COM LINHA METALIZADA DOURADA EM MÁQUINA INDUSTRIAL E 01 BOTÃO DE LATÃO DOURADO NA EXTREMIDADE DA GOLA; RECORTE FRONTAL TRANSVERSAL E LATERAL VERMELHO ADORNADO COM VIÉS DE ALGODÃO E 03 BOTÕES DE LATÃO METALIZADO DOURADOS NA PARTE CENTRAL DA TÚNICA ONDE PRENDERÁ O ALAMAR QUE DEVERÁ SER CONFECCIONADO MANUALMENTE DE FORMA ARTESANAL COM MATERIAL DOURADO; ABERTURA NA PARTE TRASEIRA COM ZÍPER DESTACÁVEL, SENDO A PARTE TRASEIRA ALONGADA E DUPLA ONDE A PARTE EXTERNA SEJA AZUL MARINHO E A PARTE INTERNA VERMELHA, A PARTE EXTERNA DEVERÁ CONTER ACABAMENTO NA COR VERMELHA; PUNHOS VERMELHOS, ENTRETELADOS E BORDADOS COM LINHA METALIZADA DOURADA, MACACÃO TIPO JARDINEIRA AZUL MARINHO COM ALÇAS DE ELÁSTICO REGULÁVEIS, VINCO PESPONTADO NA PARTE FRONTAL, ABERTURA COM ZÍPER NA PARTE FRONTAL. CONJUNTO ACOMPANHA CAPA DE PROTEÇÃO E CABIDE. (CONJUNTO)	CONJ.	65
19	008.006.175	UNIFORME PARA LINHA DE FRENTE: CONFECCIONADO SOB MEDIDA E COMPOSTO DE TÚNICA ESTILO SPENCER E SAIA EM TECIDO LINHO PANAMÁ AZUL MARINHO E VERMELHO DE ÓTIMA QUALIDADE, SENDO A TÚNICA VERMELHA, DRAGONAS ENTRETELADAS E BORDADAS COM LINHA METALIZADA DOURADA E FRANJAS METALIZADAS DOURADAS, FIXADAS NOS OMBROS COM COLCHETE DE PRESSÃO, GOLA PADRE AZUL MARINHO ENTRETELADA E ADORNADA COM VIÉS DE LUREX METALIZADO DOURADO E BORDADA COM LINHA METALIZADA DOURADA EM MÁQUINA INDUSTRIAL E 01 BOTÃO DE LATÃO DOURADO NA EXTREMIDADE DA GOLA; RECORTE FRONTAL TRANSVERSAL E LATERAL AZUL MARINHO ADORNADO COM VIÉS DE ALGODÃO E 03 BOTÕES DE LATÃO METALIZADO DOURADOS NA PARTE CENTRAL DA TÚNICA ONDE PRENDERÁ O ALAMAR QUE DEVERÁ SER CONFECCIONADO MANUALMENTE DE FORMA ARTESANAL COM MATERIAL DOURADO; ABERTURA NA PARTE TRASEIRA COM ZÍPER DESTACÁVEL, SENDO A PARTE TRASEIRA ALONGADA E DUPLA ONDE A PARTE EXTERNA E INTERNA AZUL MARINHO; PUNHOS AZUL MARINHO, ENTRETELADOS E BORDADOS COM LINHA METALIZADA DOURADA, SAIA COM CÓS ALTO AZUL MARINHO COM ABERTURA TRASEIRA COM ZÍPER E COLCHETES. CONJUNTO ACOMPANHA CAPA DE PROTEÇÃO E CABIDE	PAR	10



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto n.º 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme elementos constantes no Estudo Técnico Preliminar.

1.4. Vigência:

1.4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua publicação.

1.4.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

1.4.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

1.4.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

1.4.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

1.5. Do Local e Condições de Entrega:

1.5.1. Os itens deverão ser entregues conforme solicitação da Prefeitura Municipal de Água Clara, na Avenida Benevenuto Ottoni, nº 09, Bairro Jardim Nova Água Clara, localizada no Município de Água Clara/MS, de Segunda a Sexta – Feira.

1.5.2. Todas as condições da entrega do objeto desta licitação serão aquelas relacionadas no item 5 deste instrumento.

1.6. Da Garantia:

1.6.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

1.6.2. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos itens que apresentar vício ou defeito no prazo de até 10 (Dez) dias úteis.

1.6.3. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pela Contratante.

1.6.4. O custo referente ao transporte de qualquer produto ou material coberto pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Banda Marcial desempenha papel fundamental nas ações culturais, cívicas e institucionais promovidas pela Administração Municipal, participando de desfiles oficiais, eventos comemorativos, apresentações artísticas, festivais e atividades educativas ao longo do ano. Para garantir qualidade estética, identidade visual, organização e profissionalismo, é indispensável que seus integrantes utilizem uniformes padronizados, completos e em bom estado de conservação. Atualmente, os uniformes existentes encontram-se desgastados, com peças danificadas e inadequadas, impossibilitando seu uso em apresentações públicas e



prejudicando a imagem institucional do Município. Ademais, há novos integrantes ingressando na Banda marcial, o que gera a necessidade de novas peças confeccionadas sob medida.

2.2 A confecção de uniformes exige técnica, materiais de alta durabilidade, acabamento reforçado e produção padronizada, o que não pode ser realizado pela Administração Pública diretamente, nem suprido por meios próprios, considerando que se trata de atividade especializada, dependendo de empresa com capacidade técnica e estrutura adequada. A contratação garantirá: Padronização visual completa da Banda; Melhoria da apresentação artística e cívica; Valorização dos integrantes; Representação institucional adequada do Município e Segurança, conforto e mobilidade.

2.3 A aquisição dos uniformes também garantirá que a Banda Marcial esteja plenamente equipada para atender a todas as apresentações previstas. Os uniformes atuais como mencionado anteriormente estão em sua grande maioria incompletos, com tamanhos inadequados, sem padronização e com visível estado de deterioração de tecidos e acessórios, impossibilitando sua utilização em eventos de maior visibilidade.

2.4 Dessa forma, a contratação é necessária e oportuna para assegurar o funcionamento adequado da banda Marcial, promover ações culturais de qualidade e atender ao interesse público, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço cultural.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para confecção de uniformes completos, sob medida, e o fornecimento de materiais e acessórios destinados à Banda Marcial do Município, garantindo padronização visual, adequada apresentação artística e suporte às atividades em eventos oficiais, desfiles cívicos e ações culturais, conforme as necessidades da Prefeitura Municipal de Água Clara/MS.

3.2. Tendo como objetivo principal assegurar uniformidade estética, boa apresentação artística e o apoio necessário às participações em cerimônias oficiais, desfiles cívicos e ações culturais, conforme as demandas da Prefeitura Municipal de Água Clara/MS, para atendimento da Banda Marcial de Água Clara.

3.3. Benefícios Esperados:

- a) Padronização Visual e Identidade Institucional;
- b) Melhoria da Qualidade Estética e Artística;
- c) Valorização dos Integrantes;
- d) Apoio às Políticas Públicas de Cultura e Educação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. No ato da entrega, em local previamente definido pela CONTRATANTE e mediante agendamento formal junto à Diretoria competente, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) notas fiscais que comprovem a procedência e conformidade dos materiais;

4.2 **Para os itens confeccionados sob medida**, a empresa contratada deverá comparecer à Prefeitura, ou ao local indicado pela Secretaria Municipal de Cultura, **no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da OS/AF, para realizar a retirada das medidas dos integrantes da Banda Marcial. O agendamento será feito junto ao setor responsável.**

4.3 Os itens deverão ser entregues no local definido pela Prefeitura, devidamente embalados, organizados por tipo, tamanho e conjunto, facilitando conferência e distribuição aos integrantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

4.4 Todos os uniformes, materiais e acessórios devem obedecer às especificações técnicas definidas, garantindo uniformidade, qualidade, conforto e durabilidade.

4.5 Os materiais deverão ser entregues em embalagens adequadas, que garantam a proteção dos itens contra danos, deterioração e perda durante o transporte. A embalagem deve ser compatível com o tipo de material, de forma a preservar sua integridade até a entrega final.

4.6 Caso algum material entregue não atenda às normas ou apresente problemas de qualidade, o fornecedor deverá substituir o item sem custos adicionais para a Prefeitura, garantindo conformidade com as especificações acordadas.

4.7 Todas as despesas relacionadas ao transporte, entrega dos produtos, bem como os tributos incidentes sobre a operação, serão de responsabilidade exclusiva da contratada, não cabendo qualquer ônus adicional à Administração Pública.

4.8 As despesas decorrentes de eventuais multas ou penalidades aplicadas em razão de descumprimento contratual ou inadequação técnica dos materiais e serviços serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, não cabendo repasse de valores à CONTRATANTE.

5. EXIGÊNCIA DE AMOSTRA:

5.1 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, **cujá presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.**

5.2 Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN.	QTDE
1	6.008.311	ARRANJO PARA CABELO: COM ESTRUTURA EM NAPA OU TECIDO ENTRETELADO PARA DAR SUSTENTAÇÃO E APLICAÇÃO DE PEDRAS COM BRILHO, NAVETES, CHATONS, NO FORMATO DESEJADO.	UN	1
2	67.010.220	BAMBOLÊ ARCO PARA GINÁSTICA RÍTMICA COM 88CM DE DIÂMETRO OFICIAL - PESO 300G. ARCO OFICIAL, FABRICADO EM PVC BRANCO FLEXÍVEL	UN	1
3	67.010.214	BANDEIROLA PARA COREOGRAFIA: EM TECIDO BAMBERG 100% POLIÉSTER COM SUBLIMAÇÃO, MEDIAS APROXIMADAS DE 1,10 X 0,90. MASTRO COM PONTEIRA BOLA EM UMA DAS EXTREMIDADES E PÉ DE BORRACHA NA OUTRA EXTREMIDADE	UN	1
4	67.010.218	BASE MODULAR PARA BANDEIRAS: BASE MODULAR CONFECCIONADA EM MOGNO OU MARFIM, COM CAPACIDADE PARA 03 MASTROS.	UN	1
5	67.010.224	BASTÃO MASTRO DE 19MM DE ALUMÍNIO COM PONTEIRAS DE BORRACHA EM AMBAS AS EXTREMIDADES, TIPO COTONETE.	UN	1
6	67.010.219	BOLA DE GINÁSTICA RÍTMICA, PESANDO 300G E COM 16CM DE DIÂMETRO, FABRICADA EM PVC ATÓXICO	UN	1
7	8.006.177	BOTA PARA CORPO MUSICAL: MODELO BOTINHA CANO 3/4 EM COURO SINTÉTICO BRANCO CABEDAL DE LEONI 1.2 FORRAÇÃO INTERNA ANTIBACTERICIDA; SOLADO TR ANTIDERRAPANTE, SALTO 23MM APROPRIADO PARA MARCHA E EVOLUÇÃO	PAR	1
8	8.006.178	BOTA: BOTA EM COURO SINTÉTICO BRANCO, CANO LONGO, ZIPER NA LATERAL, CABEDAL DE LEONI 1.2 FORRAÇÃO INTERNA ANTIBACTERICIDA SOLADO NEOLAIT SALTO 5.0 APROPRIADO PARA COREOGRAFIA E MARCHA	UN	1
9	8.006.179	BOTILHA: BOTILHA EM COURO ANIMAL, CANO MÉDIO COM CADARÇO FRONTAL, FORRAÇÃO INTERNA ANTIBACTERICIDA SOLADO NEOLAIT SALTO 5.0 APROPRIADO PARA COREOGRAFIA E MARCHA	UN	1
10	67.010.223	CORDA TRANÇADA COM FIOS DE POLIPROPILENO E ENCHIMENTO EM ALGODÃO, COM 10MM DE DIÂMETRO, NOS TAMANHOS DE 2,20M, 3,00M E 3,20M DE COMPRIMENTO.	UN	1
11	67.010.216	ESTANDARTE: PERSONALIZADO CONFECCIONADO COM ESTRUTURA RÍGIDA EM MDF LEVE, REVESTIDO COM VELUDO IMPORTADO AZUL MARINHO. BORDADO OS DIZERES DA CORPORAÇÃO EM MÁQUINA INDUSTRIAL, ASSIM COMO O BRASÃO MUNICIPAL OU LOGO DA CORPORAÇÃO. MEDIDAS APROXIMADAS DE 1,10 X 1,30M.	UN	1



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

12	67.010.221	FITA COM ESTILETE EM POLIPROPILENO + FITA DE CETIM FIXADA COM GANCHO DISTORCEDOR REFORÇADO, PARA A TROCA DE FITAS E NÃO ENROLAR A MESMA.	UN	1
13	67.010.217	JOGO DE BANDEIRAS COMPOSTO POR BANDEIRA NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, NAS MEDIDAS DE 1,60 X 1,12, (2,5 PANOS), EM TERGAL VERÃO COM ILHOSES NAS LATERAIS. MASTROS OFICIAIS COM PONTEIRA	UN	1
14	67.010.222	MAÇA CONECTÁVEL, PARA GINÁSTICA RÍTMICA PRODUZIDA COM HASTE PLÁSTICA E PONTEIRA EM BORRACHA, GARANTINDO ALTA DURABILIDADE E RESISTÊNCIA A IMPACTOS	UN	1
15	8.006.180	QUEPE: ESTILO MILITAR, MODELO ALEMÃO EM VELUDO OU ESCARPELE AZUL MARINHO, PALA BRANCA, FITA VERMELHA E FRISOS DOURADOS METALIZADOS	UN	1
16	8.006.176	UNIFORME PARA BALIZA: VESTIDO CONFECCIONADO EM TECIDO VELUDO OU SUPLEX COM COMPOSIÇÃO DE 96% POLIÉSTER E 4% ELASTANO E SEGUNDA PELE COMPOSTO DE 100% POLIÉSTER, COM ACABAMENTOS COM VIDRILHOS 2X9/0 ESPELHADO E NA PARTE CENTRAL DECOTE COM SEGUNDA PELE PREENCHIDO COM VIDRILHOS E RECORTES CONTORNADOS COM PEDRAS CHATON Nº 8 DE VIDRILHOS ESPELHADOS. MANGAS LONGAS EM VELUDO OU SUPLEX, FECHAMENTO NA PARTE TRASEIRA COM ZÍPER E SAIA TAMBÉM NO MESMO SEGUIMENTO DO CORPO. CONJUNTO ACOMPANHA CAPA DE PROTEÇÃO E CABIDE.	PAR	1
17	8.006.181	UNIFORME PARA CORPO COREOGRÁFICO: CONFECCIONADO SOB MEDIDA E COMPOSTO DE TÚNICA ESTILO CASACO LONGO EM LINHO PANAMÁ VERMELHO DE ÓTIMA QUALIDADE, SAIA DO CASADO GODÊ DUPLA, SENDO A PARTE INTERNA MARINHO E A EXTERNA VERMELHA ADORNADA COM FITA DE LUREX DOURADA METALIZADA; GOLA TIPO SMOKING ENTRETRELADA E ABERTURA FRONTAL COM 03 BOTÕES DE LATÃO METALIZADO DOURADO COM SISTEMA DE ABERTURA COM CORDÃO FEITO MANUALMENTE ARTESANAL, RECORTES NA LATERAL FRONTAL E DETALHES COM PEDRARIAS DIVERSAS BORDADAS À MÃO; PUNHOS RETOS COM ACABAMENTOS E RENDAS FRANZIDAS DANDO EFEITO DE BABADO; CAMISETA CONFECCIONADA COM MALHA PV LEVE COM BABADO NA PARTE FRONTAL COM RENDAS; CALÇA LEGGING CONFECCIONADA EM TECIDO CIRRE COM LYCRA DE ÓTIMA QUALIDADE, CINTURA ALTA E CÓS LARGO.. CONJUNTO ACOMPANHA CAPA DE PROTEÇÃO E CABIDE.	UN	1
18	8.006.174	UNIFORME PARA CORPO MUSICAL: CONFECCIONADO SOB MEDIDA E COMPOSTO DE TÚNICA ESTILO SPENCER E MACACÃO EM TECIDO LINHO PANAMÁ AZUL MARINHO E VERMELHO DE ÓTIMA QUALIDADE, SENDO A TÚNICA AZUL MARINHO, BORDADO O BRASÃO MUNICIPAL EM UMA DAS MANGAS DA TÚNICA, DRAGONAS ENTRETRELADAS E BORDADAS COM LINHA METALIZADA DOURADA E FRANJAS METALIZADAS DOURADAS, FIXADAS NOS OMBROS COM COLCHETE DE PRESSÃO, GOLA PADRE VERMELHA ENTRETRELADA E ADORNADA COM VIÉS DE LUREX METALIZADO DOURADO E BORDADA COM LINHA METALIZADA DOURADA EM MÁQUINA INDUSTRIAL E 01 BOTÃO DE LATÃO DOURADO NA EXTREMIDADE DA GOLA; RECORTE FRONTAL TRANSVERSAL E LATERAL VERMELHO ADORNADO COM VIÉS DE ALGODÃO E 03 BOTÕES DE LATÃO METALIZADO DOURADOS NA PARTE CENTRAL DA TÚNICA ONDE PRENDERÁ O ALAMAR QUE DEVERÁ SER CONFECCIONADO MANUALMENTE DE FORMA ARTESANAL COM MATERIAL DOURADO; ABERTURA NA PARTE TRASEIRA COM ZÍPER DESTACÁVEL, SENDO A PARTE TRASEIRA ALONGADA E DUPLA ONDE A PARTE EXTERNA SEJA AZUL MARINHO E A PARTE INTERNA VERMELHA, A PARTE EXTERNA DEVERÁ CONTER ACABAMENTO NA COR VERMELHA; PUNHOS VERMELHOS, ENTRETRELADOS E BORDADOS COM LINHA METALIZADA DOURADA, MACACÃO TIPO JARDINEIRA AZUL MARINHO COM ALÇAS DE ELÁSTICO REGULÁVEIS, VINCO PESPONTADO NA PARTE FRONTAL, ABERTURA COM ZÍPER NA PARTE FRONTAL. CONJUNTO ACOMPANHA CAPA DE PROTEÇÃO E CABIDE. (CONJUNTO)	CONJ.	1
19	8.006.175	UNIFORME PARA LINHA DE FRENTE: CONFECCIONADO SOB MEDIDA E COMPOSTO DE TÚNICA ESTILO SPENCER E SAIA EM TECIDO LINHO PANAMÁ AZUL MARINHO E VERMELHO DE ÓTIMA QUALIDADE, SENDO A TÚNICA VERMELHA, DRAGONAS ENTRETRELADAS E BORDADAS COM LINHA METALIZADA DOURADA E FRANJAS METALIZADAS DOURADAS, FIXADAS NOS OMBROS COM COLCHETE DE PRESSÃO, GOLA PADRE AZUL MARINHO ENTRETRELADA E ADORNADA COM VIÉS DE LUREX METALIZADO DOURADO E BORDADA COM LINHA METALIZADA DOURADA EM MÁQUINA INDUSTRIAL E 01 BOTÃO DE LATÃO DOURADO NA EXTREMIDADE DA GOLA; RECORTE FRONTAL TRANSVERSAL E LATERAL AZUL MARINHO ADORNADO COM VIÉS DE ALGODÃO E 03 BOTÕES DE LATÃO METALIZADO DOURADOS NA PARTE CENTRAL DA TÚNICA ONDE PRENDERÁ O ALAMAR QUE DEVERÁ SER CONFECCIONADO MANUALMENTE DE FORMA ARTESANAL COM MATERIAL DOURADO; ABERTURA NA PARTE TRASEIRA COM ZÍPER DESTACÁVEL, SENDO A PARTE TRASEIRA ALONGADA E DUPLA ONDE A PARTE EXTERNA E INTERNA AZUL MARINHO; PUNHOS AZUL MARINHO, ENTRETRELADOS E BORDADOS COM LINHA METALIZADA DOURADA, SAIA COM CÓS ALTO AZUL MARINHO COM ABERTURA	PAR	1



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

		TRASEIRA COM ZÍPER E COLCHETES. CONJUNTO ACOMPANHA CAPA DE PROTEÇÃO E CABIDE.		
--	--	---	--	--

5.3 As amostras poderão ser entregues no endereço Avenida Júlio Maia nº 1055, Centro, Água Clara/MS, CEP: 79680.001, no **prazo limite de 10 (dez) dias úteis a partir da solicitação**, apresente as amostras de acordo com o **Anexo I deste Termo de Referência**, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

5.4 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

5.5. A amostra referida no subitem acima deverá ser apresentada até a data e horário determinado pelo pregoeiro da licitação, visando à avaliação dos uniformes, quanto aos modelos, às cores e foto personalizada, conforme acima descritos.

5.6 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

5.6.1. Tipo de Material

- Composição:** Deve ser especificada a composição do tecido (ex.: linho, poliéster, elastano).
- Qualidade:** Tecido com excelente resistência e durabilidade, sem desgaste visível.
- Gramatura:** De acordo com o padrão esperado para cada tipo de uniforme (ex.: gramatura mínima para tecidos de uniformes).
- Elasticidade:** O material deve permitir liberdade de movimento e conforto (especialmente em áreas como punhos e cintura).
- Espessura:** Adequada para o uso específico sem comprometer a aparência ou funcionalidade (ex.: tecidos mais pesados para esteiras apresentadas).

5.6.2. Acabamento de Costura

- Costura Reforçada:** Todas as costuras devem ser reforçadas para garantir durabilidade.
- Alinhamento:** Costuras alinhadas, sem irregularidades visíveis.
- Ausência de Falhas:** Não deve haver falhas, como pontos soltos ou descosturados.
- Fios Soltos e Sobras:** Todos os fios devem estar cortados e finalizados, com acabamento limpo e profissional.

5.6.3. Modelagem e Caimento

- Compatibilidade com o Padrão Institucional:** Os modelos devem seguir os padrões estabelecidos no edital e/ou solicitações específicas.
- Descrição Técnica:** Conformidade com a descrição técnica fornecida, incluindo cortes, recortes, acabamentos e ornamentações.
- Caimento:** Os uniformes devem ter um caimento adequado ao corpo, proporcionando conforto e boa apresentação.

5.6.4. Avaliação de Itens Específicos

- Uniforme para Corpo Musical**
 - Conformidade rigorosa com as especificações de bordados, dragonas e botões.
- Uniforme para Corpo Coreográfico**
 - Detalhes nas rendas e pedrarias devem ser verificados quanto à qualidade e aos acabamentos.
- Uniforme para Linha de Frente**
 - A precisão nos detalhes de acabamento e na abertura traseira com zíper precisa ser atenta.
- Uniforme para Baliza**
 - Avaliar o uso adequado de vidrilhos e pedras, garantindo que estejam devidamente aplicados e seguros.
- Botinas e Botas**
 - Testar a resistência do couro sintético e do solado, assegurando que estão adequados para o uso solicitado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

f) **Acessórios (Quepe, Arranjo, Bandeiras)**

I. Examinar a estrutura e a estabilidade, além dos acabamentos decorativos.

g) **Material de Ginástica Rítmica**

I. Garantir que todos os itens atendam às especificações de peso e dimensão, assim como a durabilidade e segurança.

5.6.5. Documentação de Aceitabilidade

a) Todos os fornecedores devem apresentar uma declaração de conformidade com os critérios acima.

b) Inspeção visual e/ou testes práticos devem ser realizados para validar a conformidade dos materiais e acabamentos.

5.6.6. Esses critérios ajudarão a garantir a qualidade dos uniformes e materiais fornecidos, atendendo às necessidades institucionais.

5.7. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

5.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

5.9. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

5.10. Após a divulgação do resultado do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no **prazo de 5 (cinco) dias**, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

5.11. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

5.12. As amostras serão avaliadas e publicadas em ata de comissão de análise técnica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos itens é de **30 (trinta) dias**, contados da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço, sob demanda, conforme solicitação da Contratante.

6.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **05 (cinco) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, podendo ser enviado no e-mail: cultura@pmaguaclara.ms.gov.br acompanhadas de documentação comprobatória dos fundamentos.

6.1.2. Todas as entregas fora do prazo estabelecido sem justificativa por escrito e aceita pela administração, estarão sujeitas às penalidades impostas pela legislação vigente.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA:

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

7.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.6. O (s) fiscal (is) do contrato acompanhará(ão) a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

7.7.2. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições dos produtos, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades.

7.7.3. Efetuará pagamento nas condições pactuadas. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente termo de contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7.7.4. Fiscalizará a qualidade dos produtos que estão sendo entregues, bem como a expedição de autorização de serviço.

7.7.5. Compete a contratante o recebimento, conferência e atestado das notas fiscais emitidas pela contratada.

8. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

8.1. RECEBIMENTO DO OBJETO:

8.1.1. Os itens serão recebidos provisoriamente, **de forma sumária**, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.2. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no **prazo de 05 (cinco) dias uteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no **prazo de 10 (dez) dias uteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

8.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pelos serviços e pela perfeita execução do contrato.

9.2. DO PAGAMENTO:

9.2.1. O pagamento será efetuado de acordo com o fornecimento, no prazo de até 30 (trinta) dias mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente atestada, juntamente das certidões de regularidade fiscal em plena validade, previstas na Lei 14.133/2021.

9.2.2. A Contratada deverá obrigatoriamente encaminhar os seguintes documentos quando da entrega:

9.2.2.1. Nota Fiscal ou documento equivalente gerada de acordo com o fornecimento das quantidades dos materiais entregues e solicitados na Autorização de Fornecimento.

9.2.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.2.2.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

9.2.2.4. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

9.2.3. A falta de um dos documentos dispostos na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações poderá implicar no não recebimento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, modo de disputa ABERTO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

10.2. Da Qualificação Técnica:

- b) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA - Apresentar no mínimo um atestado de comprovação de aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em papel timbrado, com carimbo de identificação do assinante e dados complementares para futuro contato, afirmando e comprovando a licitante já ter fornecido satisfatoriamente itens idênticos ou similares ao objeto deste processo licitatório;

10.2.1. Justificativa da Exigência do Atestado de Capacidade Técnica:

10.2.2. A contratação envolve **confecção sob medida de uniformes completos e fornecimento de materiais e acessórios destinados à Banda Marcial**, com elevado padrão de acabamento, incluindo bordados com linhas metalizadas, aplicação de pedrarias, vidrilhos, rendas, dragonas entreteladas, golas estruturadas, recortes frontais com viés, peças com zíper destacável, componentes decorativos e elementos personalizados com brasão municipal.

10.2.3. Inclui ainda o fornecimento de **calçados específicos para marcha e coreografia, com solado apropriado, acabamento antibactericida e saltos definidos**, bem como **acessórios estruturados (quepe, arranjos de cabelo, bandeirolas sublimadas, estandartes bordados, jogo de bandeiras oficiais, acessórios de ginástica rítmica e mastros)**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

10.2.4. Esse conjunto de itens exige **domínio técnico comprovável, experiência com execução padronizada sob medida, precisão de medidas, capacidade de acabamento, resistência dos materiais e padronização cromática**, de modo a garantir apresentação estética adequada, durabilidade e segurança durante eventos oficiais, desfiles cívicos e coreografias.

10.2.5. A exigência do atestado visa **mitigar riscos de fornecimento inadequado, baixa qualidade, falta de padronização, incompatibilidade dos materiais, entregas defeituosas e prejuízo à imagem institucional do Município**, constituindo medida **proporcional e necessária**, em conformidade com as recomendações do Tribunal de Contas da União.

10.3. Definição de Serviços Similares;

10.3.1. Para atendimento ao disposto no inciso anterior, consideram-se **serviços similares**, para efeito de comprovação técnica, aqueles que envolvam:

- h) Confecção de uniformes ou figurinos sob medida, com modelagem individual e acabamento industrial;
- i) Fardamentos profissionais, escolares, militares, de gala ou artísticos, com padronização visual;
- j) Produção de trajes para bandas marciais, fanfarras, grupos cênicos, dança, ginástica ou apresentações culturais;
- k) Bordados industriais e artesanais aplicados a peças de vestuário;
- l) Uso de tecidos específicos (linho Panamá, veludo, cirrê, suplex, malhas técnicas, poliéster especial), com aplicação de acessórios decorativos e pedrarias;
- m) Fornecimento de calçados técnicos para marcha, desfile ou coreografia;
- n) Fornecimento de acessórios personalizados (quepe, estandarte, arranjos, bandeirolas) com personalização visual.

10.3.2. A definição de similaridade é ampla e não restritiva, garantindo competitividade, nos termos das boas práticas do TCU e normativos como a [Lei nº 14.133/2021](#), que visam a eficiência, a isonomia e a economicidade nas contratações públicas.

10.4. Parcelas de Maior Relevância Técnica:

10.4.1. Nos termos do art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021, são consideradas parcelas de maior relevância técnica deste objeto:

- VI. A confecção sob medida de uniformes completos (Corpo Musical, Corpo Coreográfico, Linha de Frente e Baliza), com modelagem individual, corte, costura industrial, acabamento e padronização visual;
- VII. A aplicação de bordados industriais e/ou artesanais, utilizando linhas metalizadas, pedrarias, vidrilhos, rendas, viés e ornamentos decorativos;
- VIII. O fornecimento de vestuário técnico para uso artístico, cívico, coreográfico e cultural, com padrões estéticos definidos e resistência compatível com uso contínuo;
- IX. O fornecimento de calçados específicos para marcha e coreografia, com solados apropriados, antibactericida e saltos definidos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

- X. A produção de acessórios estruturados e personalizados, como quepes, arranjos, estandartes bordados, bandeirolas sublimadas, mastros e itens correlatos.

10.4.2. Tais componentes constituem o núcleo crítico da execução contratual, concentrando o maior valor agregado e a complexidade técnica, razão pela qual demandam comprovação prévia equivalente.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

11.1. O valor estimado da contratação é aquele realizado pelo Departamento de Compras deste Município através de pesquisas e cotações de preços a serem encartadas posteriormente nos autos do processo em documentos próprio.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

12.1. As despesas decorrentes do **Contrato**, correrão por conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, nas dotações abaixo indicadas e para o exercício futuro correrão por conta das dotações que as substituírem:

Ficha: 195

Órgão: 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA/MS

Unidade: 010119 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Função: 13 - CULTURA

Subfunção: 392 – Difusão Cultural

Programa: 0044 – Promoção a Qualidade de Vida

Projeto / Atividade: 2156 – Fomento à Produção Artística Cultural

Elemento de despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa jurídica

Fonte: 1.500.000.000 – 000.000 – Recursos não Vinculados de Impostos

12.2. O presente **TERMO DE REFERÊNCIA** foi elaborado pela seguinte equipe de planejamento da contratação:

Elaborado por:

ALISSON HENRIQUE GOMES

Assistente de Planejamento

Portaria nº 851 de 30 de setembro de 2025

Aprovado por:

LUDMILA TORRES ANDRADE BELLIINI MESSIAS

Secretária Municipal de Cultura

Portaria nº 011 de 06 de janeiro de 2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

ANEXO I – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DE CADA PEÇA DOS UNIFORMES.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.
	<u>UNIFORME PARA CORPO MUSICAL:</u> CONFECCIONADO SOB MEDIDA E COMPOSTO DE TÚNICA ESTILO SPENCER E MACACÃO EM TECIDO LINHO PANAMÁ AZUL MARINHO E VERMELHO DE ÓTIMA QUALIDADE, SENDO A TÚNICA AZUL MARINHO, BORDADO O BRASÃO MUNICIPAL EM UMA DAS MANGAS DA TÚNICA, DRAGONAS ENTRETRELADAS E BORDADAS COM LINHA METALIZADA DOURADA E FRANJAS METALIZADAS DOURADAS, FIXADAS NOS OMBROS COM COLCHETE DE PRESSÃO, GOLA PADRE VERMELHA ENTRETRELADA E ADORNADA COM VIÉS DE LUREX METALIZADO DOURADO E BORDADA COM LINHA METALIZADA DOURADA EM MÁQUINA INDUSTRIAL E 01 BOTÃO DE LATÃO DOURADO NA EXTREMIDADE DA GOLA; RECORTE FRONTAL TRANSVERSAL E LATERAL VERMELHO ADORNADO COM VIÉS DE ALGODÃO E 03 BOTÕES DE LATÃO METALIZADO DOURADOS NA PARTE CENTRAL DA TÚNICA ONDE PRENDERÁ O ALAMAR QUE DEVERÁ SER CONFECCIONADO MANUALMENTE DE FORMA ARTESANAL COM MATERIAL DOURADO; ABERTURA NA PARTE TRASEIRA COM ZÍPER DESTACÁVEL, SENDO A PARTE TRASEIRA ALONGADA E DUPLA ONDE A PARTE EXTERNA SEJA AZUL MARINHO E A PARTE INTERNA VERMELHA, A PARTE EXTERNA DEVERÁ CONTER ACABAMENTO NA COR VERMELHA; PUNHOS VERMELHOS, ENTRETRELADOS E BORDADOS COM LINHA METALIZADA DOURADA, MACACÃO TIPO JARDINEIRA AZUL MARINHO COM ALÇAS DE ELÁSTICO REGULÁVEIS, VINCO PESPONTADO NA PARTE FRONTAL, ABERTURA COM ZÍPER NA PARTE FRONTAL. CONJUNTO ACOMPANHA CAPA DE PROTEÇÃO E CABIDE.	CONJ.
	<u>UNIFORME PARA CORPO COREOGRÁFICO:</u> CONFECCIONADO SOB MEDIDA E COMPOSTO DE TÚNICA ESTILO CASACO LONGO EM LINHO PANAMÁ VERMELHO DE ÓTIMA QUALIDADE, SAIA DO CASACO GODÊ DUPLA, SENDO A PARTE INTERNA MARINHO E A EXTERNA VERMELHA ADORNADA COM FITA DE LUREX DOURADA METALIZADA; GOLA TIPO SMOKING ENTRETRELADA E ABERTURA FRONTAL COM 03 BOTÕES DE LATÃO METALIZADO DOURADO COM SISTEMA DE ABERTURA COM CORDÃO FEITO MANUALMENTE ARTESANAL, RECORTES NA LATERAL FRONTAL E DETALHES COM PEDRARIAS DIVERSAS BORDADAS À MÃO; PUNHOS RETOS COM ACABAMENTOS E RENDAS FRANZIDAS DANDO EFEITO DE BABADO; CAMISETA CONFECCIONADA COM MALHA PV LEVE COM BABADO NA PARTE FRONTAL COM RENDAS; CALÇA LEGGING CONFECCIONADA EM TECIDO CIRRÊ COM LYCRA DE ÓTIMA QUALIDADE, CINTURA ALTA E CÓS LARGO.. CONJUNTO ACOMPANHA CAPA DE PROTEÇÃO E CABIDE	UNID.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

	<u>UNIFORME PARA LINHA DE FRENTE:</u> CONFECCIONADO SOB MEDIDA E COMPOSTO DE TÚNICA ESTILO SPENCER E SAIA EM TECIDO LINHO PANAMÁ AZUL MARINHO E VERMELHO DE ÓTIMA QUALIDADE, SENDO A TÚNICA VERMELHA, DRAGONAS ENTRETELADAS E BORDADAS COM LINHA METALIZADA DOURADA E FRANJAS METALIZADAS DOURADAS, FIXADAS NOS OMBROS COM COLCHETE DE PRESSÃO, GOLA PADRE AZUL MARINHO ENTRETELADA E ADORNADA COM VIÉS DE LUREX METALIZADO DOURADO E BORDADA COM LINHA METALIZADA DOURADA EM MÁQUINA INDUSTRIAL E 01 BOTÃO DE LATÃO DOURADO NA EXTREMIDADE DA GOLA; RECORTE FRONTAL TRANSVERSAL E LATERAL AZUL MARINHO ADORNADO COM VIÉS DE ALGODÃO E 03 BOTÕES DE LATÃO METALIZADO DOURADOS NA PARTE CENTRAL DA TÚNICA ONDE PRENDERÁ O ALAMAR QUE DEVERÁ SER CONFECCIONADO MANUALMENTE DE FORMA ARTESANAL COM MATERIAL DOURADO; ABERTURA NA PARTE TRASEIRA COM ZÍPER DESTACÁVEL, SENDO A PARTE TRASEIRA ALONGADA E DUPLA ONDE A PARTE EXTERNA E INTERNA AZUL MARINHO; PUNHOS AZUL MARINHO, ENTRETELADOS E BORDADOS COM LINHA METALIZADA DOURADA, SAIA COM CÓS ALTO AZUL MARINHO COM ABERTURA TRASEIRA COM ZÍPER E COLCHETES. CONJUNTO ACOMPANHA CAPA DE PROTEÇÃO E CABIDE.	PAR
	<u>UNIFORME PARA BALIZA:</u> VESTIDO CONFECCIONADO EM TECIDO VELUDO OU SUPLEX COM COMPOSIÇÃO DE 96% POLIÉSTER E 4% ELASTANO E SEGUNDA PELE COMPOSTO DE 100% POLIÉSTER, COM ACABAMENTOS COM VIDRILHOS 2X9/0 ESPELHADO E NA PARTE CENTRAL DECOTE COM SEGUNDA PELE PREENCHIDO COM VIDRILHOS E RECORTES CONTORNADOS COM PEDRAS CHATON Nº 8 DE VIDRILHOS ESPELHADOS. MANGAS LONGAS EM VELUDO OU SUPLEX, FECHAMENTO NA PARTE TRASEIRA COM ZÍPER E SAIA TAMBÉM NO MESMO SEGUIMENTO DO CORPO. CONJUNTO ACOMPANHA CAPA DE PROTEÇÃO E CABIDE.	PAR
	<u>BOTA PARA CORPO MUSICAL:</u> MODELO BOTINHA CANO 3/4 EM COURO SINTÉTICO BRANCO CABEDAL DE LEONI 1.2 FORRAÇÃO INTERNA ANTIBACTERICIDA; SOLADO TR ANTIDERRAPANTE, SALTO 23MM APROPRIADO PARA MARCHA E EVOLUÇÃO.	PAR
	<u>BOTA:</u> BOTA EM COURO SINTÉTICO BRANCO, CANO LONGO, ZÍPER NA LATERAL, CABEDAL DE LEONI 1.2 FORRAÇÃO INTERNA ANTIBACTERICIDA SOLADO NEOLAIT SALTO 5.0 APROPRIADO PARA COREOGRAFIA E MARCHA.	UNID.
	<u>BOTILHA:</u> BOTILHA EM COURO ANIMAL, CANO MÉDIO COM CADARÇO FRONTAL, FORRAÇÃO INTERNA ANTIBACTERICIDA SOLADO NEOLAIT SALTO 5.0 APROPRIADO PARA COREOGRAFIA E MARCHA.	UNID.
	<u>QUEPE:</u> ESTILO MILITAR, MODELO ALEMÃO EM VELUDO OU ESCARPELE AZUL MARINHO, PALA BRANCA, FITA VERMELHA E FRISOS DOURADOS METALIZADOS.	UNID.
	<u>ARRANJO PARA CABELO:</u> COM ESTRUTURA EM NAPA OU TECIDO ENTRETELADO PARA DAR SUSTENTAÇÃO E APLICAÇÃO DE PEDRAS COM BRILHO, NAVETES, CHATONS, NO FORMATO DESEJADO.	UNID.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

	<u>BANDEIROLA PARA COREOGRAFIA:</u> EM TECIDO BAMBERG 100% POLIÉSTER COM SUBLIMAÇÃO, MEDIAS APROXIMADAS DE 1,10 X 0,90. MASTRO COM PONTEIRA BOLA EM UMA DAS EXTREMIDADES E PÉ DE BORRACHA NA OUTRA EXTREMIDADE.	UNID.
	<u>KIT GRD PARA BALIZA:</u> BOLA BOLA DE GINÁSTICA RÍTMICA, PESANDO 300G E COM 16CM DE DIÂMETRO, FABRICADA EM PVC ATÓXICO. BAMBOLÊ ARCO PARA GINÁSTICA RÍTMICA COM 88CM DE DIÂMETRO OFICIAL - PESO 300G. ARCO OFICIAL, FABRICADO EM PVC BRANCO FLEXÍVEL. FITA COM ESTILETE ESTILETE EM POLIPROPILENO + FITA DE CETIM FIXADA COM GANCHO DISTORCEDOR REFORÇADO, PARA A TROCA DE FITAS E NÃO ENROLAR A MESMA. MAÇA CONECTÁVEL, PARA GINÁSTICA RÍTMICA PRODUZIDA COM HASTE PLÁSTICA E PONTEIRA EM BORRACHA, GARANTINDO ALTA DURABILIDADE E RESISTÊNCIA A IMPACTOS. CORDA CORDA TRANÇADA COM FIOS DE POLIPROPILENO E ENCHIMENTO EM ALGODÃO, COM 10MM DE DIÂMETRO, NOS TAMANHOS DE 2,20M, 3,00M E 3,20M DE COMPRIMENTO. BASTÃO MASTRO DE 19MM DE ALUMÍNIO COM PONTEIRAS DE BORRACHA EM AMBAS AS EXTREMIDADES, TIPO COTONETE.	KIT
	<u>ESTANDARTE:</u> PERSONALIZADO CONFECCIONADO COM ESTRUTURA RÍGIDA EM MDF LEVE, REVESTIDO COM VELUDO IMPORTADO AZUL MARINHO. BORDADO OS DIZERES DA CORPORAÇÃO EM MÁQUINA INDUSTRIAL, ASSIM COMO O BRASÃO MUNICIPAL OU LOGO DA CORPORAÇÃO. MEDIDAS APROXIMADAS DE 1,10 X 1,30M.	UNID.
	<u>JOGO DE BANDEIRAS</u> COMPOSTO POR BANDEIRA NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, NAS MEDIDAS DE 1,60 X 1,12, (2,5 PANOS), EM TERGAL VERÃO COM ILHOSES NAS LATERAIS. MASTROS OFICIAIS COM PONTEIRA.	JOGO
	<u>BASE MODULAR PARA BANDEIRAS:</u> BASE MODULAR CONFECCIONADA EM MOGNO OU MARFIM, COM CAPACIDADE PARA 03 MASTROS.	UNID.

Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

Tipo de Material

- f) **Composição:** Deve ser especificada a composição do tecido (ex.: linho, poliéster, elastano).
- g) **Qualidade:** Tecido com excelente resistência e durabilidade, sem desgaste visível.
- h) **Gramatura:** De acordo com o padrão esperado para cada tipo de uniforme (ex.: gramatura mínima para tecidos de uniformes).
- i) **Elasticidade:** O material deve permitir liberdade de movimento e conforto (especialmente em áreas como punhos e cintura).
- j) **Espessura:** Adequada para o uso específico sem comprometer a aparência ou funcionalidade (ex.: tecidos mais pesados para esteiras apresentadas).

Acabamento de Costura

- e) **Costura Reforçada:** Todas as costuras devem ser reforçadas para garantir durabilidade.
- f) **Alinhamento:** Costuras alinhadas, sem irregularidades visíveis.
- g) **Ausência de Falhas:** Não deve haver falhas, como pontos soltos ou descosturados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

- h) **Fios Soltos e Sobras:** Todos os fios devem estar cortados e finalizados, com acabamento limpo e profissional.

Modelagem e Caimento

- d) **Compatibilidade com o Padrão Institucional:** Os modelos devem seguir os padrões estabelecidos no edital e/ou solicitações específicas.
- e) **Descrição Técnica:** Conformidade com a descrição técnica fornecida, incluindo cortes, recortes, acabamentos e ornamentações.
- f) **Caimento:** Os uniformes devem ter um caimento adequado ao corpo, proporcionando conforto e boa apresentação.

Avaliação de Itens Específicos

- h) **Uniforme para Corpo Musical**
I. Conformidade rigorosa com as especificações de bordados, dragonas e botões.
- i) **Uniforme para Corpo Coreográfico**
I. Detalhes nas rendas e pedrarias devem ser verificados quanto à qualidade e aos acabamentos.
- j) **Uniforme para Linha de Frente**
I. A precisão nos detalhes de acabamento e na abertura traseira com zíper precisa ser atenta.
- k) **Uniforme para Baliza**
I. Avaliar o uso adequado de vidrilhos e pedras, garantindo que estejam devidamente aplicados e seguros.
- l) **Botinas e Botas**
I. Testar a resistência do couro sintético e do solado, assegurando que estão adequados para o uso solicitado.
- m) **Acessórios (Quepe, Arranjo, Bandeirolas)**
I. Examinar a estrutura e a estabilidade, além dos acabamentos decorativos.
- n) **Material de Ginástica Rítmica**
I. Garantir que todos os itens atendam às especificações de peso e dimensão, assim como a durabilidade e segurança.

Esses critérios ajudarão a garantir a qualidade dos uniformes e materiais fornecidos, atendendo às necessidades institucionais.

Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

Após a divulgação do resultado do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no **prazo de 5 (cinco) dias**, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

Os itnes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

CORPO MUSICAL





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

CORPO COREOGRÁFICO





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

LINHA DE FRENTE





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

BALIZA





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

BALIZA





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

BALIZA





PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n._____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n._____, expedida pela SSP/___ e do CPF n. _____, DECLARA para os fins dispostos no Edital de Pregão Eletrônico n. _____, sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I, art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II, art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006

DECLARA, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei complementar n. 123/2006 e alterações.

DECLARA, observância ao Art. 4, §2º da lei 14.133/2021, tomando ciência que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

(localidade) _____, ____ de _____ de 2026.

(Representante Legal da Empresa)

(Contador/Técnico e nº CRC)

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um “X”, ratificando a condição jurídica da empresa licitante.



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
(Papel timbrado da Empresa)

Ao Pregoeiro e equipe de apoio

Prefeitura Municipal de Água Clara, Estado do Mato Grosso do Sul.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001 / 2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001 / 2026.

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

(1) Declaramos, para os devidos fins que a Empresa atende todas as condições de habilitação, **conhece, aceita e se submete a todas às condições estabelecidas no Edital e seus anexos**, ressaltando-se o direito recursal, bem como, às disposições técnicas e oficiais, tendo recebido todos os documentos e informações necessárias para o cumprimento integral e pleno das obrigações assumidas, relativas à licitação.

(2) Declaramos, para todos os fins que não possui em seu quadro permanente de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou ainda, de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal de 1988, relativo à proibição do trabalho do menor. *(Lei Federal nº 9.854/1999)*

(3) Declara, que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

(4) Declaramos que a empresa cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

(5) Declaramos, para todos os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público nos termos do inciso IV do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 2021;

(6) Declara, que cumpre com o disposto na Lei nº. 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados e na Lei nº. 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, disseminando a conduta delineada neste Código a todos os funcionários, parceiros e prestadores de serviços;

(7) Declaramos, para todos os fins que os empregados desta empresa não possuem ou terão vínculo empregatício com a Administração Pública Municipal, não havendo, portanto, qualquer solidariedade quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias, devidas aos empregados da Contratada, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa as despesas com remuneração e quaisquer outras de natureza trabalhista, devidas aos seus empregados;

(8) Declaramos ainda, que cumprimos os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

(9) Declaramos, para fins que até a presente data **inexistem fatos impeditivos** quanto à nossa participação em licitações ou contratações com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

(10) **Compromete - se**, formalmente, para **satisfazer a execução do objeto licitado**, de acordo com os prazos, planejamentos e especificações que fazem parte integrante e complementar do Edital, pelo preço e condições constantes da proposta ofertada, **assim como disponibilidade técnico-operacional suficiente e satisfatória**, a fim de assegurar à Administração o fiel cumprimento das obrigações a serem assumidas, caso venha a ser vencedora no presente certame, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, caso fortuito ou força maior, sujeitando-se às penalidades cabíveis, na forma da Lei.

(11) Declaração de que a **proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal**, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

(12) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o (a) responsável legal da empresa é o (a) Sr.º(a), Portador(a) do RG sob o nº, e CPF sob o nº, cuja função/cargo é(sócio / administrador / procurador / diretor / etc), **responsável pela assinatura do Contrato / Ata de Registro de Preço**.

(13) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato / Ata de Registro de Preço** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: (DDD)-.....

(14) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Departamento de Licitações e Contratos deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

..... de 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa

(Nome legível/Cargo)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

ANEXO IV

MINUTA DO TERMO CONTRATO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001 / 2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001 / 2026.

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ÁGUA CLARA/MS,
POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E A EMPRESA
.....

O **MUNICÍPIO DE ÁGUA CLARA**, Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do (a) (órgão competente) com sede no (a), na cidade de Água Clara/MS, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 03.184.066/0001-77, neste ato representada pela Prefeita Municipal, a Sr.^a **GEROLINA DA SILVA ALVES**, brasileira, divorciada, portadora do CPF nº 595.510.891.20, e RG nº 001.196.956 SSP/MS, residente e domiciliado à Rua Fernando Bastos Júnior, nº 676, Bairro Santos Dumont, Água Clara/MS, através **FUNDO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J sob o nº, com sede na rua Idalina Guarini da Silva, Nova Água Clara, nº 05, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **SR.**, inscrito no CPF/MF e cédula de identidade RG Nº., residente e domiciliado à Rua, nº, Bairro, na cidade de, doravante denominada **CONTRATANTES** e a empresa xxxxxxxx, neste ato representada pelo Sr....., (qualificação) doravante, denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 001/2026, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da licitação Pregão Eletrônico xxx/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONFECÇÃO DE UNIFORMES COMPLETOS, SOB MEDIDA, E O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E ACESSÓRIOS DESTINADOS À BANDA MARCIAL DO MUNICÍPIO DE ÁGUA CLARA**, GARANTINDO PADRONIZAÇÃO VISUAL, ADEQUADA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA E SUPORTE ÀS ATIVIDADES EM EVENTOS OFICIAIS, DESFILES CÍVICOS E AÇÕES CULTURAIS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, EDITAL E SEUS ANEXOS.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	MARCA	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL MÉDIO
						R\$	R\$
						R\$	R\$
Valor total dos itens/lotes						R\$	

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3.5. O licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar TERMO DE CONTRATO, cujo prazo de validade encontra-se nele fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO:

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.5. As empresas para caráter de contratação deverão estar devidamente cadastradas no Sistema e-CJUR, em conformidades com a Resolução TCE-MS nº 149, de 28 de julho de 2021. O passo-a-passo de como fazer o cadastro no Sistema e-CJUR está disponível no Portal do Jurisdicionado e-Contas e pode ser acessado pelo link <http://www.tce.ms.gov.br/portaljurisdicionado/conteudos/lista/4/9>.

CLAUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLAUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO:

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO:

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLAÚSULA SÉTIMA – REAJUSTE:

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do (s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja (m) divulgado (s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o (s) índice (s) utilizado (s) para reajuste será (ão), obrigatoriamente, o (s) definitivo (s).

7.6. Caso o (s) índice (s) estabelecido (s) para reajustamento venha (m) a ser extinto (s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado (s), será (ão) adotado (s), em substituição, o(s) que vier (em) a ser determinado (s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.9. Em hipótese nenhuma será autorizada a emissão de Nota Fiscal com alteração dos preços sem autorização da contratante.

CLAÚSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: Constituem obrigações do Contratante:

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento no Departamento de Licitações e Contratos para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 810.1. Deverá ser acompanhado da solicitação de prorrogação motivada por igual período, os aceites entre as partes contratante e contratada e prova da regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias, após protocolado no Departamento de Licitações e Contratos, juntamente com o comunicado da Secretaria contratante, e todos os documentos que comprovam a necessidade do reequilíbrio.
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Entregar o objeto quando for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

9.13.2. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO:

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

IV. Multa:

1. **multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia** de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

2. **multa moratória de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia** de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

3. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

4. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

12.3. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.3.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

12.3.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.3.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A aquisição deste objeto ficará a cargo da dotação a seguir:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS:

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES:

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
“Água Clara – Capital Estadual do MDF, Lei Estadual nº 5.367/19”

Licitação/Mod.: PE 001/2026

Nº da Folha

Visto

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO:

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLAÚSULA DÉCIMO SÉTIMA – DO FORO CONTRATUAL:

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Água Clara – MS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

17.2. E, assim, por estarem justas e convencionadas, as partes assinam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Água Clara/MS, ...de de 2026.

.....,
Prefeita Municipal.

.....,
Secretaria Municipal de xxxx.

.....,
Contratada